

ATA DA 262ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 10/09/2020

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO LUCRATIVO
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE DA SUL
ELZA CALIXTO LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JONATHAN DE JESUS SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CÍCERA APARECIDA MOREIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
MARGARETH ANDERÁOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE
PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
DURVAL SILVÉRIO DE ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
LUÍZ CARLOS BARBOSA ALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

IV – Visitantes:

Não houve a participação de visitantes.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Denize Calvo Costa, Assistente Técnico da secretaria Geral do CMS/SP: Verifica quórum – há quórum para iniciar a reunião. Há 27 presentes. Entre titulares e suplentes, 23 participantes por enquanto. Solicita que, se alguém entrar na reunião posteriormente à chamada, que se apresente.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião cumprimentando a todos. Confirma quórum. Fernanda do Planejamento da SMS e Jane Abrahão Marinho, coordenadora da Gestão de Pessoas da SMS estão presentes.

Faz leitura da Pauta -

Ordem do dia:

- A - Aprovação da atas da 261ª Reunião Plenária Ordinária e 6ª Reunião Plenária Extraordinária;**
- B- Informes da Mesa;**
- C- Informes dos Conselheiros;**
- D- Informes das Comissões;**
- E- Ordem do Dia:**

1) Apresentação do relatório de vistas dos conselheiros Fabio Henrique Salles, Dráusio Soares Filho e Debora Aligieri sobre proposta de resolução sobre a terceirização do Hospital do Campo Limpo com uso de verbas do Fundo Municipal de Saúde.

- 2) Apresentação da Lei 17.433/2020 e Decreto 59.685/2020 - Reorganização da administração pública na Saúde em São Paulo;
- 3) COVID 19 na cidade de São Paulo
- 4) Contratos de Gestão – transferência para OSS e renovação dos contratos de gestão com as Organizações Sociais (OSS).

Questiona se algum conselheiro deseja opinar sobre a pauta assim determinada.

Deliberações:

Debate sobre infraestrutura do CMS e aproximação entre os Conselhos Municipais de Saúde;

Comunicação e elaboração de vídeos, de um minuto cada, em apoio a COVISA, para os conselheiros;

Indicação de dois representantes usuários para compor comitê de ética do Hospital Municipal do Campo Limpo;

Aprovação de exibição das reuniões plenárias do CMS nas redes sociais.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Pede inversão de pauta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A princípio, o Regimento prevê que o Relatório de Vistas seja o primeiro item a ser abordado.

Como Dráusio não está na reunião e Debora Aligieri não possui o relatório consigo, a discussão deste tópico fica prejudicada.

A prioridade é discutir os pontos da Lei e Decreto.

Consulta o Pleno quanto à inversão de pauta – aprovado.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Evidencia que não quer burlar o Regimento, caso este impossibilite a inversão da pauta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A pauta seguirá a Ordem do Dia, não cabendo mais alterações.

Convidada Raquel: Quer apresentar item nas deliberações.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa a palavra para Debora Aligieri.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sugere, para deliberação, a elaboração de resolução contendo regras de validade das reuniões dos Conselhos. Enfatiza que há reuniões em que os Usuários não têm acesso à participação adequada. Regimentos têm sido aprovados, sem validade.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pede a inclusão de nota técnica sobre o retorno das aulas presenciais na

deliberação. Há grupo de trabalho composto por Auxiliadora, Débora, Harada e ele, que desejam apresentar suas deliberações pertinentes ao tema.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Solicita convocação para congresso de comissão dia 24, às 14h a fim de discutir reestruturação da SMS/COVISA.

Convidada Raquel: Expõe preocupação com a extinção do CONDEFI, do qual participa. Afirma que todas as atribuições passaram ao CMS. Portanto, poderiam discutir situação específica sobre a situação de todas as funções do CONDEFI e sua relação com a SMS. Sugere constituir comissão para cumprir tal tarefa.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pede desculpas à Auxiliadora por tê-la culpado erroneamente, ao acusá-la de fechar o seu microfone durante a Reunião passada. Agradece à Cirlene, que muitas vezes cedeu à palavra para ela quando não era conselheira. Concorde com deliberação da Raquel quanto à deliberação da pauta sobre o CONDEFI. Referente ao documento da PL 749, que abordava a reestruturação da mesma, enfatiza questionamentos feitos a Leandro sobre o tema.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Quer apresentar proposta de deliberação. Que se constitua Comissão de Visitas – Diligências para questões de COVISA. Apresentou essa questão na Audiência Pública - o que muitos chamam de “desmonte”. Consulta o Pleno quanto à ir direto ou deixar os informes para o final.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa à aprovação das atas 261ª da Reunião Ordinária e a 6ª Extraordinária.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Tem ressalva quanto à ata anterior. Quando abordou o tema das emendas parlamentares, se referiu às obras das Unidades Básicas. Feita esta correção, pede que a discussão prossiga.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Não havendo outras ressalvas, consulta o Pleno:

Atas Aprovadas.

Passa à Ordem do Dia.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Questão de ordem: - Segundo regimento interno (artigo 14, inciso II), relatório de vistas deve ser apresentado previamente à reunião por escrito. Não foi. Cita o artigo citado. Pede que a discussão de tal tema seja considerada prejudicada.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Concorde. Ele encaminhou ao Jair e Denize antes do Pleno o parecer supracitado por Debora. Declina do seu parecer. Prejudicado esse ponto.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Prejudicado o relatório do conselheiro Fabio Salles, conforme solicitado pela conselheira Debora Aligieri.

Convidada Raquel: Questão de Ordem: - quer saber como fica a resolução, com o parecer prejudicado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Então, a resolução deve ser lida. É a resolução do Hospital do Campo Limpo, que não havia sido lida anteriormente, tampouco passou por votação. A Convidada Raquel está certa em seu questionamento.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: As vistas não foram apresentadas, portanto a deliberação deve prosseguir, apesar do parecer prejudicado.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Esclarece que a resolução será lida e votada.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Diz que a minuta de resolução deve ser lida imediatamente.

A conselheira Flávia vai fazer leitura
Coloca em votação a resolução.

Proposta de Resolução - CMS/SP

Considera que a SMS confirmou a terceirização contratual de 80% do Hospital do Campo Limpo para o Albert Einstein, por meio do termo aditivo 006, ao convênio da UPA Campo Limpo, no valor de 20,8 milhões mensais. Destes, 15 milhões ao mês são destinados para pagamento do pessoal entre 01 de agosto a 31 dezembro de 2020.

Considerando a necessidade de validar a legalidade do aditivo, que está sendo questionado no MP Estadual e TCM, enfatiza que os problemas do hospital são estruturais e não há emergência de colapso nos próximos meses, além do fato de que a autarquia hospitalar municipal não tem verba para assumir esse aditivo e solicitou transferência de mais de 16 milhões do Fundo Municipal de Saúde apenas para custear o mês de agosto.

Considerando também a Lei Federal nº 8142 de 1990 sobre a participação da comunidade na gestão do SUS: Artigo 4 , Inciso 2 - que garante ao CMS o controle da execução da política de saúde, incluindo projetos econômicos e financeiros.

Considerando a Lei Municipal nº13563 de 24/04/2003, que dispõe sobre o FUNDES - criado pela Lei Federal nº 10830 de 04/01/1990, artigo 4 - a fiscalização e acompanhamento da gestão do Fundo Municipal de Saúde caberá ao CMS, considerando o guia de orientação aos conselheiros de saúde do TCE nos itens 55 - Competências dos Conselheiros de Saúde e 11 - Deliberação sobre contratos, consórcios e convênios, conforme diretrizes dos planos de saúde , considerando o disposto na Lei Federal de Responsabilidade Fiscal NRF e as vedações impostas ao período que antecede as eleições municipais em especial no seu artigo 21.

Considerando que o aditivo é temporário - 5 meses - colocando mais risco ao atendimento de alta complexidade na região, já que desmonta o atual e não garante a continuidade do cuidado.

Considerando que não foi apresentado plano com prazo das reformas, pelos quais serão liberados mais de 10 milhões. e que podem não ser concluídas no curto período de 5 meses.

Considerando que todos os procedimentos, material, insumos utilizados estão sendo custeados pela autarquia hospitalar municipal até a presente data e o pagamento do mês de agosto completo ao Einstein significa pagamento em duplicidade.

Considerando que a SMS não respeitou o controle social do SUS, as resoluções do conselho gestor do Hospital do Campo Limpo e do Conselho de Saúde pela suspensão do processo de terceirização do Hospital do Campo Limpo,

O SMS, em reunião do Pleno do dia 13/08, resolve:

- 1. Suspender o processo de terceirização e contratualização do Hospital do Campo Limpo, dados a quantidade de questionamentos sobre o processo;*
- 2. Questionar o uso da verba do Fundo Municipal de Saúde para transferir a autarquia hospitalar municipal com o intuito de pagar o aditivo 0006 no convênio da UPA;*
- 3. Manter e aguardar manifestações do MP, TCM e todas as partes envolvidas para e esclarecer e propor as melhores soluções para o complexo UPA - Hospital do Campo Limpo;*
- 4. Comunicar imediatamente essa deliberação ao Secretário Municipal de Saúde, ao MP e ao TCM.*

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Quer saber se o tema já não foi contemplado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Enfatiza ao Gilberto que a resolução foi temporal, e partiu da articulação popular com poderes legislativo e ordens de controle. Portanto, sugere aprovação da resolução e que a mesma passe ao Secretário. Ao Executivo cabe a homologação, ou não.

Votação nominal à resolução.

18 votos favoráveis/ 1 abstenção/ 4 votos contrários. **Aprovada.**

Passa à Ordem do Dia.

Apresentação das convidadas Sras. Jane Abrahão Marinho, coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da SMS e Fernanda Braz Tobias de Aguiar, do Núcleo de Planejamento da SMS:

Tópicos Apresentados - Apresentação em Power Point

Fortalecimento da Saúde no Território.

O processo de reorganização da SMS.

Desafios na gestão pública - Norte de todo o trabalho.

Desafios que fazem trabalhar na administração pública.

Propósito lidar com organização, administração e controle dos atos normativos.

A administração pública e...

Uso de dados

Transformação tecnológica.

Descentralização.

Novas competências.

Órgãos de controle

Desafios.

Atos normativos

Histórico.

Reorganização – Iniciou em 2019.

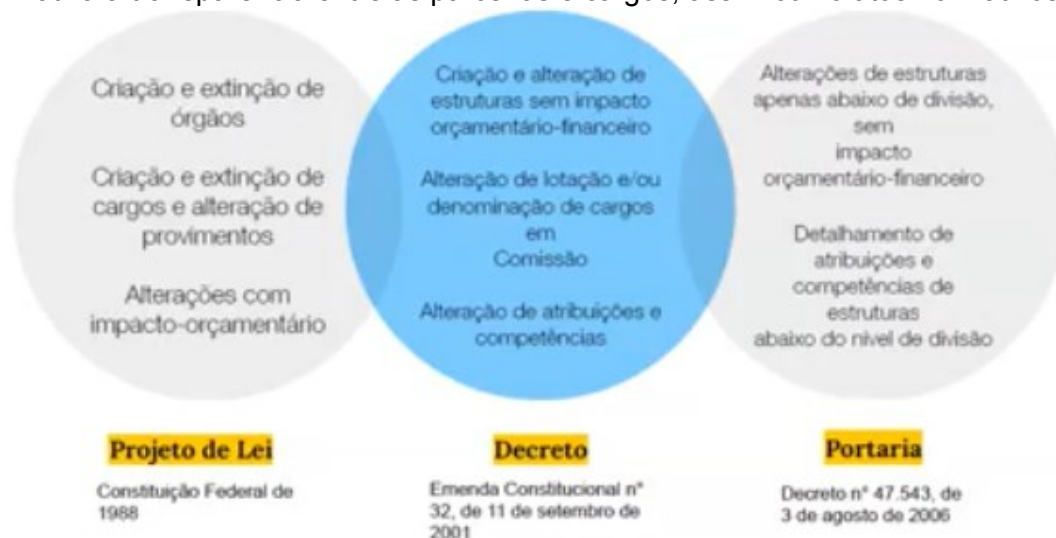
Missão da SMS – Realizar ação de promoção.

Jane Abrahão Marinho, coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da SMS: Enfatiza o fortalecimento no território como uma das premissas do projeto de renovação. São 25 gestores – unidades centrais de SMS e Autarquia (demais reuniões). Inicia apresentação, abordando desafios da gestão pública que levaram à reflexão acerca do trabalho na administração pública.

Contextualiza o propósito de lidar com regulação e administração dos atos normativos, que garantem transparência e visibilidade aos processos burocráticos, dando acessibilidade à população em geral. A gestão é inerente ao funcionário público.

Aborda o processo de Reorganização na SMS - baseado em uso de dados e transformações tecnológicas. Com descentralização estrutural, surgem novas competências e desafios administrativos. Acaba a máxima de que o Serviço Público é imutável. O papel de cada um deve ser discutido, criando novas competências e levando ao protagonismo dos órgãos de controle dentro da Administração Pública, além da instituição de organizações colaborativas e participativas.

Enfatiza a transparência entre as parcerias e cargos, assim como atos normativos:



Regulamenta a Lei e reorganiza a pasta.

Portarias – atos posteriores ao decreto para regulamentar atribuição, atividades e especificar ações.

Fernanda Braz Tobias de Aguiar, do Núcleo de Planejamento da SMS: A nova estrutura da SMS passou a ser formada a partir de uma “colcha de retalhos”. Autarquias regionais foram transformadas em apenas uma; houve diversos movimentos organizacionais, assim como a criação do PAIS e real municipalização. Apenas em 2016 estrutura única foi estipulada para toda a Secretaria.

O Decreto 57.587 impôs a reorganização dos órgãos em administração direta. Conforme Lei 17.433, de 29/07/2020 – houve extinção dos órgãos em administração indireta. Decreto 59.580, de 13/08/2020.

O processo de reorganização baseou-se na formação de estrutura funcional, a serviço da população. As necessidades de aprimorar capacidade funcional, o desequilíbrio entre atribuições e responsabilidades das coordenadorias, centralização da decisão sobre o poder do Gabinete, o volume orçamentário, sobreposição de atividades e a necessidade de proximidade entre cidadão e o serviço de saúde. As demandas passaram a ser territorializadas.

A integração das áreas, evitando sobreposições, além do desenvolvimento de novas competências e planejamento são importantes, e podem ser fomentadas e aprimoradas com o tempo - conforme ocorre interação entre profissionais experientes e recém-chegados ao serviço de Saúde.

A organização, em alguns pontos, enfatiza pontos de partida. No entanto, faz parte de organização formal, prevista em Lei. Trata-se de um legado a ser deixado.

O movimento inicial, em julho, incluiu grupo condensado: a identificação de gargalos por membros do gabinete. A partir de setembro, a discussão foi amplificada, a fim de ser possível ampliar a escuta em direção às necessidades dos profissionais - além da visão do gabinete. Coordenadores da autarquia e Secretaria foram convidados a realizar um “autodiagnóstico” sobre sua própria atuação. Dessa maneira, foi elaborado um documento, explorando potencialidades, equipes e possibilidades de melhoria. Desse ponto, foram instituídas dez oficinas, com interação entre diretores hospitalares e suas equipes, das mais diversas regiões da cidade, em conjunto com a Coordenadoria. Temas como questões financeiras e áreas afins - como regulação e assistência complementar - também foram abordadas em conjunto com os profissionais.

Para as áreas-meio, o mapeamento de perfil profissional permitiu o conhecimento do perfil dos profissionais servidores: ano de formação, grau de satisfação com a área trabalhada, relação entre área de formação e área de atuação, interesses, tempo de prefeitura, etc.

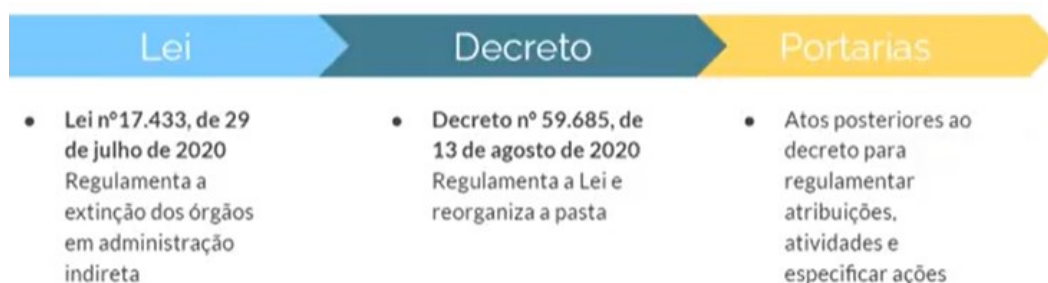
Em novembro, os resultados foram analisados e houve aprofundamento em algumas áreas, que requeriam melhor análise entre o desenho racional delineado e as atribuições de cada área. Reuniões em grupos foram organizadas para melhor identificação e esclarecimentos em relação ao processo.

Em dezembro, um seminário condensou os processos de escuta e participação. Todos os servidores da sede da autarquia - cerca de 320 pessoas - e servidores da SMS e parceiros - cerca de 280 pessoas - foram inseridos em grupos, a fim de debater questões relevantes, para fechar todo o processo realizado até então.

Entre janeiro e fevereiro, as últimas reuniões e a minuta foram elaboradas, assim como as atribuições, que no Decreto são voltadas para áreas específicas. O PL foi aprovado em primeira votação.

Em março, o desenvolvimento do decreto e estudo dos cargos em comissão continuou. Houve auxílio da Secretaria Municipal de Gestão, especialmente a COGED.

Entre junho e julho, o decreto foi aprovado, e o desenho final, com atribuições acuradas, foi finalizado; assim como a Minuta Final e a Tabela de Cargos.



Enfatiza que todo o processo foi baseado nos atos normativos.

O PL abarcou muitos outros tópicos, além da Secretaria de Saúde e suas autarquias. Com base no contexto pré-determinado, viu-se a oportunidade de estabelecer decreto que se adequasse à situação da Saúde do Município, ainda que não havia informação quanto à aprovação do PL na Câmara.



O HSPM passou a ser o único órgão de administração direta.

Houve organização da SMS organização em 4 Secretarias Executivas – Atenção Básica, Especialidades e Vigilância

Atenção Hospitalar

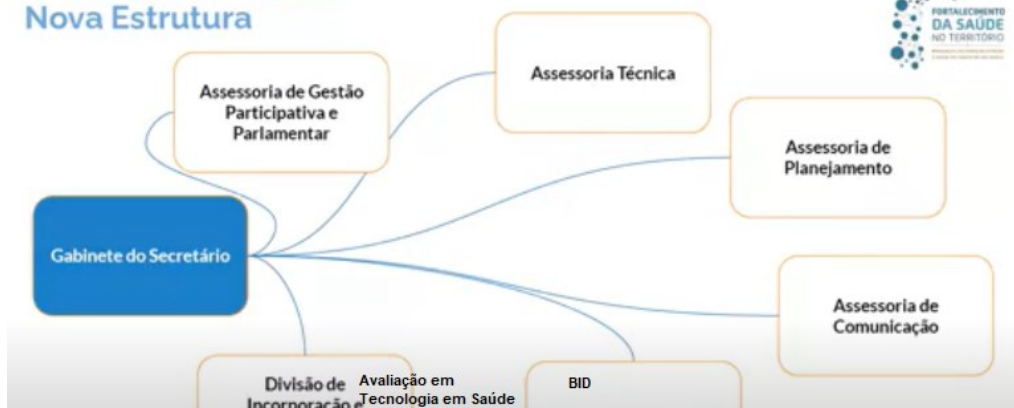
Gestão Administrativa

Regulação, Monitoramento, Avaliação e Parcerias

Assessoria Jurídica

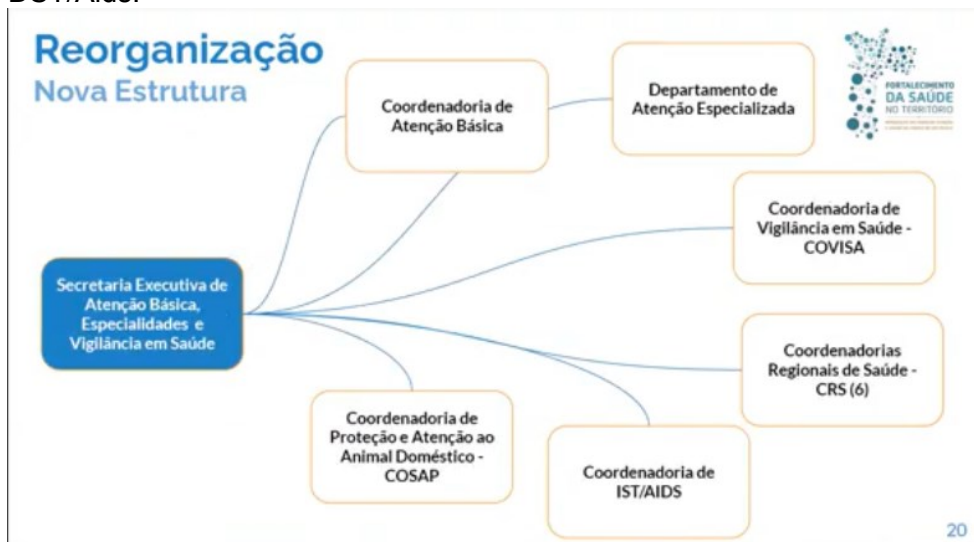
Essa organização deixa o legado de maior integração entre áreas inter-relacionadas que se beneficiariam de maior aproximação e integração entre áreas correlatas - não implicando em alienação de obrigações. Cada Secretaria tem sua essência resguardada, porém há ampliação de atribuições, tornando-as mais funcionais.

Reorganização
Nova Estrutura



Gabinete do Secretário – Composto por assessorias:
 AGP e Parlamentar
 Assistência Técnica
 Planejamento
 Comunicação
 BID

Secretaria Executiva de Atenção Básica Vigilância em Saúde tem 5 coordenadorias e 1 departamento DST/Aids.



Foi criada coordenadoria de HIV-AIDS e a COSAP.

Reorganização Nova Estrutura



A Coordenadoria de Assistência Hospitalar e Coordenadoria de Urgências e Emergências têm papel técnico evidente. Pensam as políticas de saúde, monitoram e as coordenam, tendo papel de dar as diretrizes no município como se imaginam as atribuições do SUS. Não são a transposição da autarquia, pois coordenam as atividades, mas não as executam.

Reorganização Nova Estrutura



Secretaria Executiva de Gestão Administrativa – COF

Adm. E Suprimentos
Gestão de Pessoas – EMS:
Tecnologia Informação e
Comunicação

Ganha robustez porque incorporam técnicos e o trabalho que era executado na administração indireta e demais unidades, envolvendo todas as áreas que existiam na Secretaria.

Incorporar as atividades não é englobá-las em bloco único, mas abrir novos blocos de trabalho de considerem especificidades e necessidades de diversas coordenadorias e políticas de saúde, agregando capacidades desenvolvidas e possibilitando nova organização. Os fluxos e processos de trabalho, assim como protocolos de política de saúde, devem ser considerados.

Reorganização Nova Estrutura



Agrega pontos importantes a qualquer Sistema de Saúde, abrangendo temas como a coordenadoria de informação e questões judiciais. A Coordenadoria de Controle Interno tem autonomia e conta com as atribuições da COVISA como autoridade sanitária - instrumento que deve servir como base aos conselheiros. A integração dessas áreas pode permitir melhor controle em relação a ações de suporte ao Sistema Municipal. Passam por ele contratos, entre vários aspectos compreendidos no sistema de saúde.



A estrutura da COVISA permanece com as mesmas atribuições do decreto anterior. A diferença estrutural é que as atividades-meio foram incorporadas pela Secretaria Executiva de Gestão Administrativa e demais unidades correlatas. Espera-se que as equipes de trabalho deem conta das especificidades técnicas, compreendendo suas atribuições.

Fernanda expõe a relação do CONDEFI. É característico da administração direta a existência de um conselho fiscal. Nesse decreto, suas atribuições foram transferidas ao CMS-SP, a partir dos atos normativos que regulamentam o Conselho. Sua razão de existir vai além do controle social. Logo, cabe ao CMS fiscalizar a ação da Secretaria como um todo.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece a apresentação.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Esta normativa é modelo MS, chamados Código do Sistema Único para melhorar a gestão e o controle social. Viu publicado na agência Brasil um modelo do MS Ano 2017 - eram consolidados atos normativos para facilitar a gestão, na época o ministro era Ricardo Barros.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Quer entender melhor a reestruturação. Não sabe se a comunidade teve participação no processo. Fala da missão do SUS de promoção, prevenção, atenção e recuperação. Não sentiu que será fortalecida a prevenção e promoção, valorizam mais a recuperação. Em que momento a reestruturação vai chegar ao usuário para melhorar a qualidade de vida dele? Com a Autarquia o atendimento melhorou, diminuíram as reclamações.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Acha que faltou muita coisa. O Decreto tem 133 artigos. Ficou com muitas dúvidas. Trabalho desde julho/19 e o CMS nunca foi convidado a participar. Seria interessante. Gostaria de ver o estudo que foi feito. Legado do PSDB é a Lei de responsabilidade fiscal. Dá-lhe medo do PSDB. Necessidades de novas competências. Artigos 13 inciso 3 – compete ao Secretário – Ordenar o processo de gestão. Captar recursos – está sendo preparado recurso com foco em OS - assistência privada? Organizações privadas vão entrar? Administração privada x direta.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Tem muitas dúvidas. Pede 2 exemplos de sobreposição de função. Os eventos que ocorreram representam a sociedade?

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: O maior interesse está na população. Se o projeto de governo não dá possibilidade de discutir a área de saúde, se não fosse o CMS – caminho que o governo está tomando em fim de mandato. A explanação é sempre bonita, mas a resposta não é dada. Quem representa a comunidade?

Lumena Almeida Castro Furtado, Conselheira Titular representante Conselhos Regionais Função Fim: Reforça o absurdo com o tamanho dessa cidade, este Conselho não ter participado da elaboração dessa portaria. Cita fragmentação da vigilância e informação. Afirma que não fica lógica a forma de cuidado. O que vai ser gestão direta e o que não vai ser. Diminuir a capacidade de gestão das CRS num município deste tamanho, acha que é uma aposta na descentralização e privatização. Acha uma pena discutir isso depois do decreto assinado.

Fernanda Braz Tobias de Aguiar, do Núcleo de Planejamento da SMS: Os atos normativos são leis, decretos, ordens internas, portarias, entre outras ações formais. O que tem a ver com a consolidação – esforços do MS – são as regras do SUS num único documento. Não foi referência direta, mas muitas atribuições de cada área dizem respeito aos atos normativos. Em relação à missão – fizeram processo para ter documento formal sobre a estrutura da Secretaria. Porém, a estrutura não define como será conduzida a gestão ou as políticas de saúde. A estrutura é ponto de partida. As atribuições são parecidas com anteriores. São amplas, e não dão conta de todas as atividades envolvidas por todas as coordenadorias ali expostas; mas podem corresponder a diversas maneiras de conduzir o trabalho na Secretaria. Há um legado burocrático positivo no sentido de política de Estado. As atribuições vão desde o funcionamento da SMS como um todo. A missão é formal – pode ser ampliada e discutida de forma mais ampla. Quando se fala em legado, podemos observar que para além da gestão há legado burocrático positivo, acerca da estrutura de estado que permite muitas possibilidades, sem responder a todas as respostas. É como se fosse um “norte”. Quando foram criadas as Autarquias, houve expectativa de solução de celeridade nos processos e perspectiva de execução de ações, antes impossíveis. Com o tempo, a regulamentação das autarquias se tornou igual à da gestão direta, retirando a possibilidade de avanço, dinamicidade e autonomia no cuidado administrativo. Em relação à Atenção Hospitalar e aporte, espera-se que tenha Grupo robusto – há expectativas de que se pense em políticas de integração entre administração hospitalar e gestão de Urgências e Emergências - onde havia um gargalo - em vez de apenas haver preocupação com os processos administrativos “meio”. Deve-se pensar o que se espera de cada hospital em cada território, articulado com outras secretarias. As 4 Secretarias não vão atuar de forma separada. Com o Gabinete, a condução da gestão fará articulação interna. O reflexo nos usuários não está nítido na apresentação. Porém, é implícita a necessidade de ampliação de organização para melhoria na execução de ações públicas, permitindo sua viabilização à população. Cita como exemplo de sobreposição os núcleos de compra espalhados por diferentes territórios: Muitos núcleos pagavam preços distintos pelo mesmo produto, perdendo capacidade administrativa. No jurídico, gestão de pessoas... havia também sobreposição, o que foi observado nas reuniões. Muitas vezes, órgãos distintos pagavam por trabalhos semelhantes. A SMS tem função pública importante que deve ser viabilizada. Buscou realizar, com sua colega, apresentação sintética. Em grande medida, reforça que as estruturas não mudaram. Reforça as mudanças nas atividades-meio e formalização de certas estruturas, como a secretaria de AIDS - sempre foi programa, mas não explicitado. Reforça que buscou-se mitigar algumas crenças de que certas organizações eram formais - sem, na realidade, serem. Cabe ao secretário organizar o funcionamento da Secretaria como um todo. Em todo gabinete, é ideal a presença de profissionais atentos ao modelo de financiamento e planejamento orçamentário - cita como exemplo o BID e outras instituições econômicas internacionais de financiamento em saúde, como a OPAS, que apoiam ou apoiaram na gestão, atuando como “guarda-chuvas” - diversas opções disponíveis quando necessários. Fala dos contratos de parceria. É área que cuida do que é contratualizado - contratos complementares aos SUS. São modelos antigos, não suplementares ao SUS. Cita como exemplo a articulação com a Associação Beneficência Portuguesa e

outros serviços de exames, tecnologia, etc. Reitera a importância dos profissionais experientes na área de gestão pública, como as opiniões de quem toca o serviço cotidianamente há muito tempo foi levada em consideração na nova articulação. Reafirma que as CRS tenham domínio e protagonismo do seu território. Não é o decreto que vai garantir isso. Em muitos casos, o gráfico dessas estruturas é “hermético”. A fragmentação estrutural é inerente à lógica do cuidado, e é resultado de esforço coordenativo entre diversas unidades, a fim de prover atendimento integral. Nesse sentido, a aproximação de algumas áreas, pensando em maior integração, foi importante - sem, no entanto, fazer de tudo “a mesma coisa”. Não é no decreto que se dimensionam as equipes e número de equipes. No entanto, o novo decreto envolve atribuições abrangentes, e abrange à coordenadoria domínio e protagonismo de sua rede e território. Apesar disso, não é o documento que resolve a aplicação da organicidade em sua esfera realística. É um começo de processo. As atribuições das CRS e STS estão colocadas.

Jane Abrahão Marinho, coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da SMS: Reafirma, novamente, a questão do legado organizacional - e não político - realizado a partir das novas implementações aplicadas. Lembra que o decreto levado em prática anteriormente levava princípios do decreto 1992, com modificações de 2016, corriqueiramente adaptadas de modo distinto com base em diferentes governantes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere encaminhar proposta de dar continuidade a esse tema na Comissão de Políticas. Ler esse material, aprofundar um pouco a questão. Combinar retomar em outro momento – com os materiais e diálogo nas comissões – e depois retomar esse debate.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Assunto é extenso, as técnicas têm outro compromisso, concorda em continuar em outro momento essa discussão.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lamenta a ausência das técnicas. Quer dizer que tudo isso, 70 dias antes de terminar uma gestão, sem discussão com o CMS, propõe repúdio a essa reestruturação. Concorda com Lumena. Se estava sendo planejado desde 2019 porque não discutiram com o CMS. Se estivessem preocupados mesmo, revoguem a EC 95. Esse projeto ultra eleitoral é para prejudicar os pobres. Os conselheiros gestores não conseguem participar das reuniões. A gestão não quer que o Conselho participe de nada.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Há duas alternativas: Propõe ir para as comissões e encaminhar para SMS se pode ser incluído no processo. Se não for possível, que se faça repúdio. Não se convenceu com fala da Fernanda sobre missão e autarquias.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha absurdo fazer desmonte desses e tudo certo. Considera desrespeito a forma como a Secretaria encaminhou o projeto de alterações. É favorável ao repúdio. É para acabar com o SUS e com os usuários

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Está de acordo com os companheiros. Desmonte, sacanagem do governo.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: As técnicas estavam aqui desde às 14h. Com todo o respeito.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Essa questão precisa ficar claro da não

participação do Conselho. É legítima a reclamação. Se tivesse vindo antes, esse debate não teria sido feito agora no fim do governo. Desmonte da COVISA, Conselho sem sala – a participação social tem esses conflitos e manifestação e o único espaço para se colocassem é aqui, e na Câmara. Considerou positiva a apresentação. Querem o material. Tem proposta de data 24/09 – Comissão de Políticas e Congresso de Comissões. Pergunta se é possível mais uma apresentação após apreciação de todo o material. A participação daí não tirar suas deliberações. Consulta o Pleno.
Aprovado.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Podem fazer as duas datas – dia 16 e dia 24/09

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: A pauta está atrasada.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Há discordância do conselheiro Jilsomar. Quer saber se há mais. Dois encontros para discussão e depois deliberação em Pleno, até extraordinária se for necessário. Pergunta ao conjunto de conselheiros.

Lumena Almeida Castro Furtado, Conselheira Titular representante Conselhos Regionais Função Fim: Importante o debate, mas não tomar muito tempo no Pleno – que se discuta nos encontros e no Pleno só proposta de deliberação. 16 a 24/09 – aprofundamento do tema e deliberação no Pleno, sem discussão. Disponibilização de material.

Rita de Cassia Batista, Conselheira Titular representante do Poder Público: Quer registrar em ata que jamais será legítima a falta de respeito com qualquer profissional só porque representa a gestão. Quando se trata de outros convidados de movimentos, sindicatos ou afins, o tratamento é outro. Registra sua indignação com a falta de respeito.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Não houve falta de respeito com as técnicas em momento algum. As críticas foram para a gestão. Próxima parte da pauta é COVID 19.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Não teve reunião da mesa técnica nessa semana, foi transferida para a próxima. Em relação à COVID: O Anhembi foi desativado. A população está exposta. Não enxerga fiscalização efetiva na questão de uso de máscara, evitar aglomeração, etc. E não vê presença de fiscalização efetiva de uso de máscara e não haver aglomeração. Não vê ação de gestão. Desse modo, vai haver aumento dos casos. Não vê resultado efetivo dessa mesa.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Tem sensação de que a mesa foi espaço de discussão, mas não houve avanço. Os hospitais de campanha foram desativados sem consultar a mesa. Vê aglomeração e falta de preocupação da população. A COVISA não aparece mais, infelizmente, houve desmonte, não é falta de respeito. Quem mais precisa fica mais vulnerável. Dados não aparecem mais. Algumas escolas parecem que estão voltando. Querem todos unidos para morrerem de uma vez. Essa é sua observação.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: A reunião dessa semana foi adiada por conta da mudança de setores, ficaram sem internet. Complicado falar para as pessoas ficarem em casa num dia de sol. A Secretaria está fazendo a sua parte para combater a COVID 19 – Vejam a queda dos números. Todos os relatórios são encaminhados, mas pouco comentam sobre eles. Vale a pena, importante acompanhar o declínio das internações. A SMS está à disposição. A mesa está aí para discutir COVID e os relatórios vão ser enviados. Há o de ontem, já publicado no site da SMS.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Os relatórios estão no site da SMS. Demonstram a queda dos números da COVID em São Paulo.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Existem informações da SMS. Parece que há queda, só que todos os dias recebe notícias de que alguém está internado com COVID 19. Na semana passada houve aglomeração de pessoas nas praias e na próxima semana haverá aumento de casos. A pressão maior de aumento de escolas é da iniciativa privada. Vidas pouco importam para os gestores. Fala das sequelas das pessoas que tiveram COVID – falta de acompanhamento depois da infecção. Na Alemanha a COVID está aumentando. No Brasil estamos num platô que não abaixa.

Convidada Raquel: - Acha que o problema está nas mortes. Estamos com menos gente internada. Começaram a fazer testes nas unidades. Mas a COVID está aí, livre, leve e solta. Não estamos bem – o platô é alto. Mas em sua opinião a SMS deve investir em mais testes, em especial o PCR. É direito dos contactantes também testarem. O decreto das famílias testarem quando houver alguém infectado. Afastamento de alguém com COVID – atestado médico. Perigo nos ônibus. Concorda que é difícil segurar o pessoal. Mas se a pessoa fizer teste e souber da COVID, vai-se segurar. A Secretaria está devendo mais testes.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: A Secretaria tem trabalhado no inquérito sorológico que está ajudando muito. As CRS têm distribuído teste para toda a população. Pode trazer técnico para falar tudo o que a SMS tem feito com relação à COVID.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Encaminhamento:

- Aqui nunca foi discutido – inquérito sorológico como estratégia.
- Saber dos leitos.
- Saber da ajuda do MS.

Sugere ampliar participação de conselheiros na mesa de COVID, com informações mais gerais e questões do decreto. Cita a existência de um documento elaborado pelo Secretário, contendo panorama geral.

Reunião da mesa técnica com apresentação global do que está acontecendo ou
Pegar outra data.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Tem experiência diferente no território. Se pergunta se é protocolo ou não. Caso contrário, acha cabível a participação do CMS. A região de Guaianases chamou os conselheiros para fazer teste. Achou positivo. Já fez o teste 4 vezes.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Vai ver como o Secretário para trazer os conselheiros falarem o que está sendo feito nas regiões. Pode ver na próxima mesa técnica.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Fazer uma mesa mais estendida.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: É possível convidar algum especialista para discutir com o Conselho? Por exemplo, infectologista.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Próximo ponto é Controle de Gestão.

Passou lista os conselheiros de unidades nas quais conselhos gestores foram contrários à terceirização. Enviou pedido ao MP, solicitou o levantamento das unidades que estavam com problema. Pediu que as regiões levantassem quais unidades passariam por processo de transferência sem algum diálogo.

Enfatiza a importância da fala de Adriana. O primeiro contrato renovado foi o da Sul, realizado sem chamamento, conforme orientação da Segunda Procuradoria de Contas - acordo 3239. Toda renovação deveria passar por chamamento. A sul não passou. Parece que outra OSS fez chamamento. Não há informação precisa. Solicita tal informação ao Fabio, da gestão, para que haja formalização da informação. Também pede que a própria gestão fizesse levantamento nas supervisões e coordenadorias e trouxesse ao CMS quais unidades foram passadas, e sofreram aprovação ou rejeição do CMS. Aborda a questão dos contratos. Em última reunião, encaminhou lista com todas as unidades que tinham intenção da gestão de serem terceirizadas até o final de 2020. Lê tal lista, que inclui as seguintes unidades:

- UBS Caxingui - Butantã
- UBS Ipojuca - Lapa
- UBS José Barros Magaldi
- UBS Alto de Pinheiros
- CEU Anhanguera I
- UBS Chácara Inglesa
- UBS Adelaide
- UBS Casa Verde
- UBS Parque Peruche
- UBS Walter Elias
- UBS Ladeira Rosa
- UBS Vila Progresso
- UBS Vila Palmeira
- UBS Vila Aurora
- UBS República
- UBS Horto Florestal
- UBS Parelheiros
- UBS Jd Aeroporto
- UBS Santo Amaro
- UBS Chácara Santo Antonio
- UBS Mooca
- UBS/CEU Vila Bertioga
- UBS Santo Estevão
- SER II Tatuapé
- UBS Cidade Tiradentes
- CEU Jabaquara
- UBS Neusa Rosália Morales
- UBS Doutor Oswaldo Marasca Junior
- UBS Vila Gurmencindo
- UBS Luiz Ernesto Mazzoni
- UBS Moinho Velho II
- CEU Ipiranga
- Hospital Dia Flavio Gianotti
- UBS Jardim Rossini
- UBS Vila Formosa I
- UBS Vila Nova Manchester
- UBS Vila Heloisa
- UBS Santa Cecilia

Esta lista foi transmitida aos conselheiros regionais para que estes observassem junto à supervisão técnica e aos conselhos gestores. Sugere que o levantamento e apontamento de unidades transferidas

ou não sejam realizados de maneira conjugada. O Dr Artur respondeu o documento em em ofício 237-2020 - Procuradoria de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo - 009. Pede que as unidades fossem apontadas. Solicitamos que os representantes regionais fizessem este trabalho.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fez sondagem quais unidades havia discordância de transferência. Perguntou aos integrantes da UMPS em quais unidades a transferência da unidade foi realizada sem a ciência do conselho gestão. Um total de 11 unidades foi transferida dessa maneira - inclusive o Hospital-Dia Tito Lopes. Solicitou que fosse enviada ata de reunião que demonstrasse que o projeto de transferência foi recusado pelo conselho gestor. Tem ata de Santa Cecília, e mais 2 - não se lembra ao certo. Algumas atas só existem em papel. O isolamento prejudica para obter essas atas. Há publicação de 12/03 em Diário Oficial que consta com lista de unidades em regime de contrato de gestão que possuem funcionários da direta - ou seja, em processo de mudança. Na UBS Santa Cecília já houve transferência de médicos para AMA. Logo mais acabará a gestão do BID e haverá a mudança do regime. Houve perda de oftalmologista, o mesmo ocorrerá com endocrinologista, etc. Temos que agir antes que ocorram essas mudanças. Sugere enviar ao MP Leste de unidades que fizeram transferência à revelia do conselho gestor.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Na UBS Cidade Vargas, então direta, teve manifestação para não passar para as OSs , mas passou. Foi brutal. Pediram para fazer levantamento na UBS V. Mariana, região onde há diversas unidades que foram levantadas. Foram solicitadas as atas.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Há recursos de entregar as atas. Já pediu várias vezes. A burocracia é absurda. Cita a Lauzane, Chora Menino, Anhanguera I, Ambulatório de Pirituba, etc. Essas unidades não concordam com a transferência. O Fábio e a Miriam falaram diante dos conselheiros e do Dr. Arthur, do MP.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Tem mais unidades na sua região. Não conseguem as atas. A pandemia prejudica.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Sua fala já foi contemplada pela fala de Cirlene. Questiona Cirlene sobre a unidade Mariquinha, na região do Horto.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Algumas unidades não tiveram oportunidade. O Mariquinha já está com OS. Não houve manifestação dos conselheiros, tampouco consulta.

Rita de Cassia Batista, Conselheira Titular representante do Poder Público: Com relação à Cidade Tiradentes não há nenhuma que vai passar para parceiro. A Jacuí está em reforma e continua na direta. A Unidade da Vila Progresso também vem sendo discutida com o conselho, assim como todas as outras. Na sua região há atas e gravações das reuniões. A coordenadora Elza muitas vezes participa das reuniões. As 3 mencionadas, uma não existe, a Jacuí está sendo reformada. Se for necessário, encaminha as atas do Conselho.

Patrícia Perez e Silva de Freitas, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Que se monte grupo de trabalho para acompanhar essas transferências de perto. Que tragam no próximo Pleno uma devolutiva. Todas as vezes que solicitou atas, obtive sem problemas.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Em algumas unidades a transferência não foi para frente, mas estão precarizando o trabalho. Precisam de uma olhada. Sigmund Freud é uma das unidades que está acontecendo isso.

Encaminhamento:

- 1- Débora propõe encaminhar as que estão em mãos;
- 2- Que o CMS formalize documento para CRS e STS;
- 3- Caso não tenha respostas recorrer ao MP;
- 4- Criar GT, junto com Interconselhos, Políticas Públicas e membros da Executiva. Que a Patrícia entrou nesse grupo. Incluir RH. Que cada comissão indique nomes para Secretaria do Conselho ou fale agora.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Acrescenta a COFIN, porque tem grupo que vai acompanhar os contratos. Pediram relação de equipamentos da Sudeste que estão sob administração direta e que foram terceirizadas. Pode participar do GT.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Grupo e para pegar unidades que passaram sem diálogo ou com posicionamento contrário do conselho gestor. Débora, Patrícia, Cirlene, Adriana, Rubens, Leandro, Albertina.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Fala do grupo dos Hospitais.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pegar todo o material, preparar ofício, há contratos de gestão que venceram. Fala da Resolução 008, unidades precisam passar por chamamento e diálogo com os conselhos. Vai passar resolução pelo grupo de whatsapp. Houve veto do Secretário. Vão trabalhar nisso.

Passa às deliberações:

- 1- Infraestrutura do CMS – aproximação entre os Conselhos. Trabalhadores também a estrutura dos conselhos de ponta. Material online para reunião, assessoria, tudo – Consulta o Pleno – Aprovado.
- 2- Elaboração do vídeo – Aprovado.
- 3- Indicação para comitê de ética do Hospital do Campo Limpo – Patologia vai indicar – Fátima – aprovado.
- 4- Exibição das reuniões do CMS nas redes sociais – aprovada. Organizar a forma e reunião.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Colocar na página do Facebook se for o caso.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere aprovação e depois organizar.

- 5- Elaboração da resolução estabelecendo regras para as reuniões online – Aprovada,
- 6- Nota de retorno às unidades.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Foi elaborada por ele, Débora, Harada e Auxiliadora.

Faz leitura:

RECOMENDAÇÃO SOBRE O RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NO ATUAL CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 262ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2020, no cumprimento da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Art 1º, parágrafo 2º, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 12.546, de 07 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 53.990 de 13 de junho de 2013;

Cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, Título VIII, Capítulo II, Seção II – Da Saúde, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, e da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando:

1) que o número de novas mortes diárias no País, de acordo com a média móvel dimensionada pelo técnicos do consórcio de imprensa, vem se mantendo em um patamar extremamente alto, porém em estabilidade com tendência de queda não consolidada;

2) que a curva epidemiológica ainda é estável, em um patamar alto, em todo o País, em particular na região metropolitana de São Paulo, onde o Município de São Paulo faz parte desse conjunto de cidades, que estão interligadas entre si;

3) que a APEOSP e demais sindicatos dos professores do município de São Paulo consideram temerário o retorno presencial à sala de aula dos alunos, consoante observação dessa entidade de que “as escolas não estão preparadas nem aparelhadas para isto. A precariedade é generalizada. A questão arquitetônica das escolas é fundamental na prevenção e combate ao contágio e assim é considerada no mundo todo para a retomada das atividades presenciais”;

4) que o ambiente ventilado é um elemento importante na prevenção ao contágio do coronavírus e a luminosidade é essencial no processo de ensino-aprendizagem, e que muitas salas de aulas no serviço público não apresentam tais condições;

5) que pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fiocruz alertam que “a volta às aulas pode representar um perigo para cerca de 9,3 milhões de brasileiros (4,4% da população total) idosos ou adultos com doenças preexistentes (diabetes, problemas no coração ou no pulmão) que são do grupo de risco da Covid-19”;

6) que o Estado de São Paulo, em particular os profissionais da área de Educação, tem um grande número de idosos e/ou adultos com problemas crônicos de saúde, que pertencem a grupos de risco de Covid-19 e que, segundo o epidemiologista da Fiocruz Diego Xavier “se apenas 10% dessa população de adultos com fatores de risco e idosos que vivem com crianças em idade escolar (no Brasil) vierem a precisar de cuidados intensivos, isso representará cerca de 900 mil pessoas na fila das UTIs (unidades de terapia intensiva). Além disso, se aplicarmos a taxa de letalidade brasileira nesse cenário, seriam em torno de 35 mil novos óbitos, somente entre esses grupos de risco”.

7) que o National Health System (NHS) da Inglaterra, recentemente, emitiu um alerta sobre “o aumento de casos de pacientes pediátricos que precisaram ser internados em unidades de terapia intensiva (UTI) apresentando novos sintomas, que podem estar ligados ao Coronavírus”;

8) que o retorno às aulas pode propiciar um aumento de contágios em função da dificuldade que as crianças apresentam quanto ao correto distanciamento social, em particular as mais jovens, como foi confirmado pelo inquérito sorológico realizado pela Prefeitura de São Paulo;

9) que para alguns grupos etários o distanciamento social é mais difícil de realizar, pois, além das questões pedagógicas, há necessidade de socialização. Outro aspecto importante a levar em consideração é que a Sociedade Brasileira de Pediatria não recomenda o uso de máscara em crianças

abaixo de seis anos de idade. Tais problemas facilitam o contágio entre crianças e adultos (profissionais de saúde, educação, limpeza e de setores administrativos);

10) que a proposta para o retorno às aulas presenciais, nos planos sanitários, apresentada pelo Governo do Estado de São Paulo, pode propiciar o aumento de casos de Covid-19, tanto nas crianças e adolescentes, como nos profissionais de saúde, educação, limpeza e de setores administrativos envolvidos no funcionamento escolar do Município de São Paulo;

11) que em vários países onde o platô de contágio por coronavírus fora atingido, houve uma segunda onda após a reabertura das escolas, ensejando nova suspensão das aulas presenciais, a exemplo da Coréia do Sul, França, Estados Unidos e Israel;

12) que a volta às aulas presenciais no Município é rejeitada por 63% dos paulistanos, segundo a pesquisa Viver em São Paulo – Pandemia, realizada pelo Ibope, em parceria com a Rede Nossa São Paulo, que ainda mostra que um terço dos entrevistados teme pela vida dos alunos, professores e demais profissionais que frequentam o ambiente escolar com o aumento da circulação de pessoas nas ruas e no transporte coletivo;

13) que não houve qualquer discussão ou consulta à sociedade através dos instrumentos de participação social nas políticas públicas (enquetes, consultas públicas, fóruns de discussão, assembleias escolares, etc.) para construção conjunta do planejamento seguro do retorno escolar.

RECOMENDA:

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Saúde vem se posicionar e recomendar o não retorno das aulas presenciais no Município de São Paulo, neste momento, por se caracterizar como medida precoce que coloca em risco a saúde e a vida dos profissionais da área de educação e a população paulistana em função do potencial aumento do número de casos de Covid-19, solicitando à Prefeitura de São Paulo e à Secretaria Municipal de Saúde a abertura de diálogo para discussão da proposta, antes de sua implementação, com os conselhos participativos e com as associações e sindicatos representantes dos trabalhadores e com a população em geral.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno – se aprovam a recomendação. Aprovada.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Fala da alimentação das crianças, que pode aumentar a imunidade. Cita que na rede pública e na própria residência, muitas vezes a alimentação é inadequada. Cita crianças que chegam a desmaiar de fome.

Lumena Almeida Castro Furtado, Conselheira Titular representante Conselhos Regionais Função Fim: Preocupação presente das pessoas – pessoas que não têm onde deixar seus filhos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno sobre a aprovação da resoluções.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Não sabe se cabe a proposta da Lumena cabe nessa recomendação, apesar de concordar com ela. Evidencia que apenas ações de higiene e uso de máscara podem frear a pandemia de COVID.

Lumena Almeida Castro Furtado, Conselheira Titular representante Conselhos Regionais Função Fim: Havia sugerido a preocupação grande das pessoas com o fato de não terem onde deixar o seus filhos, pois necessitam retornar ao trabalho. Concorde com a nota, mas acredita que essa responsabilidade deve ser levada em consideração. Posteriormente, retira a proposta porque não quer causar polêmica, apesar de enfatizar a importância de sua proposta.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Se for resolução vai para o Secretário que tem 40 dias, vai demorar. Se ele rejeitar, nova reunião deve ser agendada para quebrar o seu veto. Concorde com Lumena, deve haver alguma proposta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: O texto é como resolução. Se a redação estiver mais para resolução do que para nota técnica, pode haver problemas de publicação.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Foi aprovada como nota técnica. Logo, é necessário adequar texto.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos dias de reuniões – dia 16 e 24.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe marcar 1 dia em 2 períodos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Dia 24 só dá para fazer reunião à tarde. Dia 16 o dia todo.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Dia 24 é mais apropriado porque há mais tempo.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Fica dia 24 à tarde. Dia 16/09 vão conversar.

Proposta da extinção do CONDEFI – proposta de comissão no Conselho para tratar questões hospitalares.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Os membros do CONDEFI perdem os mandatos?

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: O CONDEFI foi extinto junto com a AHM. Consulta o Pleno.

Marcionília Nunes de Souza, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Que coloca seu nome na comissão do CONDEFI.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Manter os conselheiros do CONDEFI – quer continuar, que seja breve.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Tem que manter os conselheiros do CONDEFI e quer fazer parte.

Convidada Raquel: - Além do CONDEFI ter sido extinto, as funções passam ao CMS. Fundamental a aprovação e participação dos membros do CONDEFI. Aprovada a Comissão.

Comissão de Visitas: - Proposta na Câmara Municipal nas unidades de COVISA – Consulta o Pleno. Aprovado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Passa aos Informes dos Conselheiros.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Pessoas com Hanseníase – reformas do CEI – são necessárias.

Outra é em relação à Comissão de Patologias e Doenças Raras – Débora faz apresentação sobre diabetes.

Vita fez sobre Doença de Huntington porque setembro é o mês de visibilidade da doença.

Na próxima reunião Dr. Edmir vai falar sobre doenças crônicas.

Fala da resolução da STF – que fala da revogação da EC 95.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Essa resolução não entrou aqui. Precisam turbinar a coleta de assinaturas. É orientação do CNS.

Se não há quórum – verificação de quórum realizada – 15 presentes.

Não há quórum. Reunião encerrada.
